



Orçamento poderá incluir verbas contra a miséria

Presidente do Senado pede apoio à proposta de Marina Silva de inserir rubrica especial para combater a pobreza no projeto de Orçamento da União que está em discussão no Congresso

Antonio Carlos (ladeado pelo deputado Roberto Brant e o senador Maguito Vilela) defendeu a adoção da proposta de Marina Silva. Para ele, o R\$ 1,5 bilhão reservado pela CAE para o ano 2000 ainda é uma cifra modesta

PÁGINA 4



Senador Paulo Souto (E) enumerou diversas irregularidades no processo movido contra o Banco da Amazônia

**CPI
DO
JUDICIÁRIO**

Relator diz que juíza foi negligente em indenização bilionária do Basa

PÁGINA 2

PROPOSTA PARA ANO 2000 RECEBE 8.765 EMENDAS

Os senadores e deputados apresentaram um total de 8.765 emendas à proposta de Orçamento para o próximo ano. Elas somam R\$ 22,1 bilhões. A intenção da Comissão Mista de Orçamento é votar a matéria no mês de dezembro.

PÁGINA 5

EMENDAS AO ORÇAMENTO		
Tipo de emenda	Número	Valor (em R\$ milhões)
Individuais	8.348	881
Estaduais	270	9.338
De comissões	122	9.964
Regionais	25	1.956

Universitários terão incentivo para ajudar população da Amazônia

PÁGINA 3

Souto aponta negligência de juíza que impôs ao Basa indenização bilionária

Em relatório apresentado à CPI do Poder Judiciário, o senador diz que processo movido contra o Banco da Amazônia contém várias irregularidades, que serão comunicadas ao Ministério Público

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário relatório no qual afirma que a juíza do Pará Ivette Lúcia Pinheiro, que condenou o Banco da Amazônia (Basa) a pagar indenização de R\$ 81 bilhões à madeireira Sabim – Sociedade Anônima Brasileira da Indústria da Madeira – foi negligente e aceitou perícia falsa feita pelo engenheiro civil José Maria Monteiro David. Nas próximas terça e quinta-feiras, respectivamente, serão lidos os relatórios sobre as irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba e na gestão do espólio do Consórcio Itapemirim.

De acordo com Paulo Souto, o processo movido contra o Basa desde 1980 contém várias irregularidades, que serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará e ao Tribunal de Justiça daquele estado, além de outras esferas do poder público, para as providências cabíveis. Em seu laudo, o perito, segundo o relator, fez uma falsa afirmação, ao consignar que o Basa, síndico da massa falida da Sabim desde 1970, abandonara terras pertencentes à madeireira, causando perda de patrimônio à empresa.

– O perito também prestou informação falsa quando atribuiu valor à cobertura vegetal das áreas, ao avaliar a madeira “em pé” na floresta pelo valor praticado pelas serrarias para a madeira já beneficiada, constituindo esse fato um dos principais fatores para superavaliação dos terrenos – diz o relatório. A sentença de primeira instância contra o Basa, de 1981, foi objeto de recurso, mas acabou sendo confirmada pelo Tribunal de Justiça do Pará.

Recorrendo ao Supremo Tribunal Federal, o banco conse-



O senador Ramez Tebet (à direita) presidiu a reunião em que Paulo Souto apresentou seu relatório

guiu a anulação da sentença, mas, na continuação do processo, a juíza utilizou expedientes que neutralizaram a decisão do STF, de acordo com o relatório. Em 1996, o valor da indenização já havia chegado a cerca de R\$ 540 milhões, que, acrescidos de juros e mora, pularam para R\$ 81 bilhões, o que equivale a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Conforme o relatório, a juíza proferiu sua sentença quando ainda estava pendente de julgamento um recurso conhecido como agravo de instrumento. “A magistrada, assim como ocorreu na sentença anulada pelo STF, submeteu seu julgamento à perícia, tendo transferido a atividade jurisdicional, que deveria ser sua, ao perito”, diz o relatório.

– O caso do Basa é emblemático. Quando observamos a irresponsabilidade dessa perícia, chegamos à conclusão de que é preciso ferir de morte os procedimentos judiciais que têm resultado em indenizações absurdas – disse Paulo Souto.

Para o relator, a questão é tanto mais grave quanto mais se observa que as operações da Sabim foram marcadas desde o início, em 1964, pela utilização de incentivos fiscais sem que a empresa tivesse capacidade administrativa. Foram verificadas ainda a existência de “despesas extraprojeto” e a desorganização completa da contabilidade. O grupo chegou a explorar madeira em áreas devolutas do Estado. Mesmo assim, a madeireira continuou

recebendo recursos oficiais repassados pelo Basa, que se tornou seu maior credor, daí ter sido nomeado síndico da massa falida, na fase imediatamente posterior à concordata pedida pelos seus acionistas.

– Não podemos pensar nesses fatos como o mau uso de dinheiro do governo, mas de recursos do contribuinte – comentou o senador Gerson Camata (PMDB-ES), durante a leitura.

Para o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é “estranho o número de indenizações milionárias que estão sendo submetidas à decisão do Poder Judiciário”. Paulo Souto não acredita que haja possibilidade de a sentença permanecer válida.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (8.11.99)

14h30 – Sessão não deliberativa

Terça-feira (9.11.99)

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal (regulamenta a edição de medidas provisórias); *PDL nº 64/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Osório Ltda. para explorar serviço em onda média na cidade de Osório (RS); *PDL nº 81/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Pampa Bagé Ltda. para explorar serviço em frequência modulada na cidade de Bagé (RS); *PDL nº 82/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Colúmbia Ltda. para explorar serviço em frequência modulada na cidade de Lorena (RS); *PDL nº 83/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Guararapes Ltda. para explorar serviço em onda média na cidade de Guararapes (SP); *PR nº 100/99, autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 44 milhões, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); e *Requerimento nº 634/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 511 e 555, de 1999, por regulararem a mesma matéria.

Quarta-feira (10.11.99)

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95; substitutivo do Senado ao *PLC nº 11/99, define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; *PDL nº 27/98, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Visão de Uberlândia Ltda. para explorar serviço em frequência modulada na cidade de Uberlândia (MG); *PDL nº 75/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço em onda média na cidade de Mococa (SP); *PDL nº 78/98, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço em onda média na cidade de Varginha (MG); *PDL nº 99/98, aprova o ato que renova a outorga deferida à Radiodifusão Assisense Ltda. para explorar serviço em onda média na cidade de São Francisco de Assis (RS); *PLS nº 13/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 82/95, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; e *PLS nº 156/99-Complementar, regulamenta o inciso I do parágrafo 1º do art. 43 da Constituição Federal (redução de desigualdades regionais).

COMISSÕES

Segunda-feira (8.11.99)

15h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com Antônio Neto, presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anif), e Ulisses Riedel, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Amazônia terá programa de extensão na área de saúde

Os senadores aprovaram ontem projeto de lei da Câmara que cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia Legal, que prevê a concessão de bolsas para estudantes do último ano dos cursos de graduação e pós-graduação relacionados às profissões da saúde, como medicina, enfermagem e odontologia. Os estudantes prestarão serviços às comunidades por no mínimo dois meses e no máximo seis meses. Como sofreu alterações no Senado, a proposta volta para análise da Câmara.

Na opinião da senadora Marina Silva (PT-AC), a iniciativa tem grande alcance e pode contribuir para melhorar a situação da região, "a mais desassistida do país em termos de saúde". Além dos benefícios às comunidades da Amazônia, Marina destacou os benefícios aos jovens profissionais. A senadora manifestou ainda apoio aos projetos de lei dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS) que criam o serviço civil obrigatório, como forma de estender a iniciativa a outras áreas profissionais.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) também defendeu os projetos, atualmente em tramitação na Câmara, ressaltando as dificuldades de tratamento médico na Amazônia por conta da distância e dos problemas enfrentados para transportar os pacientes para centros onde existam hospitais bem equipados.

Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou que a maior parte dos municípios da Amazônia é atendida por médicos cubanos, colombianos ou peruanos. Para ele, isso é inadmissível, já que o Brasil tem mais médicos por habitantes que a média considerada satisfatória pela Organização Mundial de Saúde.

Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que é médico, manifestou sua convicção de que o programa é de grande importância para a integração nacional. Para ele, o país só agora reconhece os benefícios trazidos pelo Projeto Rondon, "uma grande iniciativa que descobriu o verdadeiro Brasil, possibilitando a aproximação dos brasileiros". Alcântara participou da tramitação do projeto de lei no Senado, apresentando duas emendas, acatadas pelo relator, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), na Comissão de Educação.

CONCESSÕES RENOVADAS

Durante a sessão, foram aprovados ainda cinco projetos de decreto legislativo que renovam as concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão da Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento (RS), da Rádio Clube de Vitória da Conquista (BA), da Rádio Colon de Joinville (SC), da Rádio Difusora de Rio Negro (PR) e da Andrômeda Radiodifusão de Pelotas (RS).

Plenário inicia debate sobre proposta que limita uso de medidas provisórias

Substitutivo do senador José Fogaça, já aprovado pela CCJ, pode voltar à comissão se forem apresentadas emendas durante a fase de discussão da matéria em primeiro turno

O substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias (MPs) teve ontem o primeiro dia de discussão em plenário. Os senadores poderão oferecer emendas até o final dos cinco dias de discussão da proposta em primeiro turno. Havendo emendas, a PEC volta para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde Fogaça apresentará parecer sobre as alterações sugeridas.

Na reunião da última quarta-feira, a CCJ aprovou o substitutivo de Fogaça, que aproveitou parte da proposta aprovada pelo Senado e parte do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados. Durante a tramitação, a proposta original, apresentada pelo então senador Esperidião Amin, em 1995, foi ampliada, incluindo alterações em sete artigos da Constituição.

A Agência Senado elaborou um quadro comparativo entre a legislação atual, o substitutivo aprovado pela CCJ e o aprovado pela Câmara. As diferenças entre os substitutivos concentram-se sobretudo na redação do artigo 62 da Constituição, que trata diretamente da MP e de sua tramitação no Congresso Nacional.

Amir Lando condena "fúria legislante" do Executivo

"Usurpação de poder." Foi como o senador Amir Lando (PMDB-RO) qualificou, em discurso feito ontem, o que considera uso abusivo das medidas provisórias por parte do Executivo. Para ele, o que era uma exceção tornou-se regra geral, "diminuindo o respeito, a dignidade e a competência do Congresso Nacional como poder legislador".

No entender do senador, "a fúria legislante" do Executivo não é compatível com uma democracia moderna, séria e justa. A seu ver, as medidas provisórias, na maioria das vezes, não atendem aos verdadeiros interesses da sociedade, criando um emaranhado de leis, muitas inúteis e desnecessárias. "A democracia é feita com poucas e sábias leis", observou.

Para Amir Lando, o Congresso "precisa colocar um freio na volúpia do Poder Executivo" de editar e reeditar medidas provisórias. "Não se justifica essa obsessão por legislar, quando a função do Executivo é



Para Amir Lando, Congresso não soube reagir à usurpação de seus poderes pelo governo federal

dar sentido prático à norma abstrata e geral consagrada no texto. O que se observa é a idéia de tomar o lugar do legislador."

Amir Lando observou, ainda, que o caminho natural para se colocar um ponto final nesses abusos é a realização de uma profunda reforma no Legislativo, com o objetivo de agilizar os trabalhos das duas Casas do

Congresso Nacional.

O mesmo pensamento tem o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que chegou a propor a criação de uma comissão destinada a apresentar propostas para que o Congresso fique mais eficiente e ponha fim ao expediente do Executivo de governar por medida provisória, o que ele considera "resquíio do período autoritário".

Entende Amir Lando que a culpa pelo abuso na edição das MPs por parte do Executivo é do próprio Congresso, que não reagiu logo no primeiro momento contra o que chamou de invasão de competência entre os poderes. "Nós, parlamentares, é que temos de ser responsabilizados por não defendermos as prerrogativas de nossas funções", lamentou o senador.

Afirmando que a invasão de prerrogativas "é crime", Amir Lando observou que cada poder tem a obrigação de exigir o respeito às suas competências. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), em aparte, apoiou as colocações de Amir Lando e disse que as medidas provisórias são uma aberração no regime presidencialista.

MUDANÇAS	O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO	O QUE DIZ O SUBSTITUTIVO DA CÂMARA	O QUE DIZ O SUBSTITUTIVO DE FOGAÇA
CAPUT	As MPs, que têm força de lei, só podem ser editadas pelo presidente em caso de relevância e urgência. Elas devem ser submetidas imediatamente ao Congresso.	Idem	Idem
VEDAÇÕES	Não havia vedação explícita. As emendas constitucionais 6 e 7 proibiram a edição de MP para regulamentar artigo da Constituição que já tivesse sido alterado por emenda.	Mantém as vedações relacionadas na Constituição e proíbe a edição de MP sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, penal, processual penal, processual civil, organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos, e sobre matéria reservada a lei complementar ou matéria já disciplinada em lei aprovada pelo Congresso.	Mantém a redação da Câmara.
PRAZO DE VALIDADE	30 dias	60 dias, prorrogável uma vez por igual período, contados a partir da publicação. Durante o recesso do Congresso Nacional, a contagem do prazo fica suspensa.	Mantém a redação da Câmara e estabelece que a MP só será prorrogada por 60 dias caso a votação não tiver sido ultimada nas duas Casas do Congresso.
REEDIÇÃO	Não faz menção. Porém, o STF interpretou que a reedição é constitucional.	Não faz menção	Veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de MP que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido eficácia por decurso de prazo.
TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO	Não faz menção. Hoje, a tramitação de MPs obedece ao Regimento Comum do Congresso.	Caso a MP não seja apreciada em até 45 dias, as pautas do Congresso, do Senado e da Câmara ficam sobrestadas, com exceção das propostas que tenham prazo constitucional. A apreciação das MPs em vigor na data da promulgação da emenda deverá ser concluída em 180 dias, sob pena de sobrestamento de todas as decisões do Congresso e das duas Casas.	Caso a MP não seja apreciada em até 45 dias, entra em regime de urgência e bloqueia a pauta da Casa em que estiver tramitando. A apreciação da MP será iniciada na Câmara ou no Senado, observado o critério de alternância, e caberá à comissão mista emitir parecer sobre a MP antes de ser apreciada. As MPs editadas antes da data da publicação da emenda continuam em vigor até que outra MP a revogue ou até decisão do Congresso.
RELAÇÕES JURÍDICAS	O Congresso deve disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP.	O Congresso deve disciplinar as relações jurídicas decorrentes da MP em decreto legislativo. Caso o decreto não seja editado em até 60 dias, as relações jurídicas constituídas pela MP durante a sua vigência continuarão por ela regidas.	Mantém a redação da Câmara.

CAS discute novas regras de aposentadoria no setor privado

Atendendo a requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública segunda-feira, às 15h, para discutir projeto de lei enviado pela Câmara, de autoria do Executivo, que altera a legislação da Previdência Social e a forma de cálculo para a concessão da aposentadoria do setor privado.

O presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip), Antônio Neto, e o representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Ulisses Riedel, são os convidados da comissão, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Na terça-feira, às 17h, os parlamentares discutem o assunto com o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas.

A matéria está na pauta da reunião ordinária que a comissão realiza quarta-feira, às 9h. O relator do projeto é o senador Geraldo Althoff (PFL-SC), favorável à aprovação. Heloísa Helena apresentou voto em separado, pedindo a rejeição da matéria e apresentando um substitutivo à proposta original.

A CAS deverá apreciar outros 11 itens, entre eles, projeto de lei do senador Gilvam

Borges (PMDB-AP) que torna obrigatória a realização, pelo sistema de saúde público, de cirurgias reparadoras nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de feitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dá continuidade ao seminário "Amazônia, patrimônio ameaçado?". Na quarta-feira, às 17h30, a comissão ouve o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e o diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami. Eles falarão sobre o papel das organizações não-governamentais na Amazônia.

Também na quarta, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos realiza reunião destinada a apreciar uma pauta contendo 11 itens. O primeiro deles refere-se a mensagem do Executivo solicitando autorização para que a União contrate empréstimo externo no valor de até US\$ 300 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A Comissão de Educação também realiza reunião na terça-feira, às 11h30, para apreciar 15 matérias. Entre elas, projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Antonio Carlos pede apoio para nova rubrica orçamentária

Proposta, da senadora Marina Silva, permitirá dotar o governo de um novo instrumento para planejar ações de combate à miséria

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi ontem à reunião da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, onde pediu apoio à idéia da senadora Marina Silva (PT-AC) de criar no Orçamento da União uma rubrica, por ela denominada de Programa Social, para o combate à miséria. Ele também sugeriu que a comissão não se dissolva, mas continue atuando para eliminar a pobreza.

Antonio Carlos informou que, em encontro promovido pelo PT em São Paulo, ouviu do presidente de honra do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, que a proposta de Marina Silva merecia ser aprovada, ocasião em que o senador também manifestou apoio à sugestão. Ele acrescentou que, com a aprovação de emenda ao Orçamento pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), já no próximo ano estarão disponíveis as verbas necessárias ao que chamou de Fundo de Erradicação da Pobreza.

Na opinião de Antonio Carlos, a cifra de R\$ 1,5 bilhão aprovada pela CAE ainda é modesta em relação ao propósito de erradicar a pobreza, mas já é um começo. "Sem isso, nada vai funcionar", afirmou, ressaltando que outras idéias propostas pelos integrantes da comissão são também válidas. Ele observou que



A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza definiu ontem o seu calendário de atividades. O relatório final deve ser apresentado dia 18

essa não é uma verba para ser contingenciada, daí por que considera importante um pacto entre o Executivo e o Legislativo para que isso não aconteça.

O presidente do Senado também sugeriu que quatro parlamentares da comissão sejam designados para acompanhar o relator do Orçamento de 2000 na criação desse fundo. "Acredito que, se fizermos isso, teremos a segurança de que vai funcionar", afirmou, observando que, dessa forma, o Legislativo estará se adiantando ao Executivo na execução de medidas de erradicação da pobreza.

CALENDÁRIO

Pouco antes de encerrar a reunião, o presidente da comissão, se-

nador Maguito Vilela (PMDB-GO), indicou Marina Silva, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e os deputados Marcondes Gadelha e Rita Camata para acompanharem a implantação desse fundo. Quanto ao calendário dos trabalhos, ficou estabelecido que na terça-feira, pela manhã, a comissão visitará Águas Lindas (GO), devendo também realizar uma audiência pública à tarde.

Na quarta-feira, o relator apresentará um relatório preliminar. Na quinta e na sexta-feira, a comissão visitará São Paulo. No sábado, terá uma audiência com o economista Celso Furtado, no Rio de Janeiro; e até o dia 16 receberá emendas ao relatório do deputado Roberto Brant (PFL-MG). A apresentação do relatório final está prevista para o próximo dia 18.



Fundo social poderá estar disponível em julho

Reunida, sob a presidência do senador Maguito Vilela, para discutir um calendário final de atividades, a Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza começou ontem a avaliar os resultados dos trabalhos já realizados. O relator, deputado Roberto Brant, antecipou que proporá uma emenda constitucional criando um fundo social que, em julho do próximo ano, já estará disponível para ser utilizado no combate à miséria.

A emenda, adiantou, criará elementos de controle e fiscalização desses recursos, para que não sejam malversados. Entre esses mecanismos, informou o deputado, um conselho da sociedade civil, junto com o governo, atuará para que não haja manipulação política na escolha das famílias que se beneficiarão dos recursos.

Brant disse também ter tomado cautelas para que os recursos não se confundam com outros já aplicados pelo governo na área social. Ele anunciou que na próxima terça-feira o relatório estará pronto. Com o apoio da comissão, sua proposta de emenda

constitucional poderá então ser enviada à deliberação do plenário do Senado, de onde seguirá para a Câmara. Em sua opinião, não faltará consenso para a aprovação da iniciativa.

O senador Pedro Simon observou, contudo, que a comissão está chegando ao fim dos seus trabalhos "de uma forma inconclusa". Ele ressaltou que não fazia críticas à atuação dos deputados e senadores que a integram, mas sentia-se desapontado. "Está faltando alguma coisa, não tivemos um debate amadurecido em torno do que de fato vamos fazer. A expectativa é que seria uma coisa diferente", disse ele.

A senadora Marina Silva observou que o grande efeito da comissão é o seu produto político, é a mobilização de órgãos da sociedade para o que o Legislativo vem fazendo. Ela apontou como um dos primeiros resultados a emenda que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou destinando R\$1,5 bilhão para o combate à pobreza. "Se formos capazes de transformar essa janela aberta pela CAE em porta, já tere-

mos uma vitória", constatou.

RENDA MÍNIMA

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou ao relator projeto aprovado pelo Senado que, conforme parecer elaborado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), altera a fórmula de cálculo da concessão de benefício de renda mínima para famílias carentes. Suplicy falou da necessidade de o Estado brasileiro garantir a todos uma renda mensal incondicional, que signifique respeito à cidadania e ao direito inalienável de participar das riquezas da nação.

Observando que o Brasil há muito tempo deixou de ser um estado investidor, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) afirmou que hoje o país limita-se unicamente "a pagar juros à agiotagem internacional". Ele lamentou que não haja mais nenhuma obra capaz de gerar empregos, e pediu que o governo volte a investir. Já o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) apontou os riscos de o governo contingenciar as verbas do fundo social que a Comissão da Pobreza pretende criar.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995 (substitutivo da Câmara, nº 472-B/97, naquela Casa). Esperidião Amin e outros. Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal e dá outras providências. (Regulamenta a adoção de medidas provisórias.)

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1995 (nº 1.919/91, na Casa de origem). Cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal.

Resultado: Aprovado o projeto as emendas nºs 2-Plen, 3 e 4-CAE e a subemenda à Emenda nº 1-Plen. Fica prejudicada a Emenda nº 1-Plen. À Câmara dos Deputados.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 1998 (nº 529/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Vitória da Conquista (BA) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 1998 (nº 535/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Colon Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Joinville (SC).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1998 (nº 538/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento (RS) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1998 (nº 541/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Rio Negro (PR) para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 1998 (nº 615/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão da Andrômeda Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Pelotas (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Emendas ao Orçamento federal do ano que vem somam R\$ 22,1 bilhões

Deputados e senadores apresentaram ao todo 8.765 propostas de alteração do projeto enviado pelo Executivo. O destaque ficou com a área de saúde, que recebeu 28% das emendas

A proposta de Orçamento para o ano 2000 recebeu um total de 8.765 emendas, no valor de R\$ 22,139 bilhões, segundo dados divulgados ontem pelo relator da matéria, deputado Carlos Melles (PFL-MG). Segundo ele, em comparação com os orçamentos de 1997, 1998 e 1999, houve aumento da solicitação das bancadas estaduais, que dessa vez apresentaram 270 emendas, no valor de R\$ 9,338 bilhões. Nos anos anteriores, acrescentou o relator, o valor total dessas emendas oscilava entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6,5 bilhões.

O valor global das emendas apresentadas ao Orçamento também aumentou. Para a proposta de Orçamento de 1999, foram apresentadas 7.964 emendas, com o valor total de R\$ 14,094 bilhões. O incremento para o Orçamento de 2000 deve-se, em boa parte, ao aumento do valor das emendas das bancadas estaduais, avaliou Melles. Também foram apresentadas 25 emendas regionais ao Orçamento de 2000, no valor de R\$ 1,956 bilhão. Segundo o relator, o Orçamento de 1999 não recebeu esse tipo de emenda.

Houve ainda um incremento no valor global das emendas apresentadas pelas comissões da Câmara e do Senado ao Orçamento de 2000. As comissões apresentaram 122 emendas, no valor de R\$ 9,964 bilhões. Nos anos anteriores, segundo o relator, esse valor era de R\$ 6 bilhões.

O total de emendas individuais apresentadas por deputados e senadores foi de 8.348, no valor de R\$ 880,941 milhões. Esse valor não foi muito alterado, conforme Melles, pois ficou em torno de R\$ 800 milhões nos orçamentos anteriores. O valor de cada emenda individual é predeterminado, de R\$ 1,5 milhão para cada parlamentar.

Na distribuição por setor, destaca-se como o que teve maior valor solicitado o de infra-estrutura, que recebeu 201 emendas com valor total de R\$ 4,79 bilhões, representando 21,6% do total das emendas ao Orçamento de 2000, segundo o relator. Desse valor, observou, R\$ 4,747 bilhões são para o Ministério dos Transportes.

Os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento receberam o menor número de emendas. Foram ao todo 26, no valor de R\$ 293 milhões, representando 1,3% do total. Com relação à quantidade de emendas, o destaque é para o setor de saúde, que recebeu 2.461 emendas, totalizando R\$ 2,418 bilhões.

Apesar do volume de emendas e de recursos, o relator disse que o Orçamento do ano 2000 é "pobre, enxuto demais e difícil para trabalhar", devido aos acertos necessários propostos pelo Executivo em decorrência do ajuste fiscal.



A proposta em análise na Comissão Mista de Orçamento prevê superávit de R\$ 28,5 bilhões no ano 2000

Mestrinho quer votar matéria até dezembro

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e o relator do Orçamento de 2000, deputado Carlos Melles (PFL-MG), querem evitar o adiamento da votação da proposta orçamentária para janeiro e irão empenhar-se para que a matéria seja votada no mês de dezembro.



Mestrinho espera que a comissão faça um "esforço concentrado"

— Acredito que vai dar para votar o Orçamento até 20 de dezembro, se houver, como esperamos, um esforço concentrado da comissão — disse Mestrinho.

Para Carlos Melles, o país precisa entrar no ano 2000 com o Orçamento aprovado.

— Vou fazer todo o possível para fechar o Orçamento ainda este ano, pois sua execução no ano 2000 é fundamental para o país. É um ano novo e esperançoso e o Orçamento é uma peça importante — avaliou Melles, para quem o superávit previsto no Orçamento de 2000, de R\$ 28,5 bilhões, é uma meta ambiciosa, mas "exequível".

O atraso na apreciação da proposta orçamentária pela comissão deve-se à demora na escolha dos dez sub-relatores do Plano Plurianual (PPA) e de outros dez sub-relatores do Orçamento, segundo os parlamentares. Mas tanto Mestrinho quanto Melles acreditam que as negociações partidárias destinadas à escolha de senadores e deputados para esses cargos deverão ser concluídas nesta semana.

No caso de o Orçamento não ser votado este ano, o governo só poderá fazer despesas no limite de um doze avos do Orçamento previsto para 1999, segundo explicou o relator. Ele enfatizou a importância de o Orçamento ser aprovado em tempo hábil para poder ser executado na sua totalidade a partir de janeiro.

Para Melles, "usar o limite de um doze avos não é bom para o país". O senador Tião Viana (PT-AC) também é de opinião que há tempo para votar o Orçamento em dezembro, "se houver organização e muito senso de prioridade".

Também será votado pela comissão e, depois, pelo plenário do Congresso, o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2000/2003.

Créditos suplementares serão analisados terça-feira

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se terça-feira, às 18 horas, para examinar e votar quatro projetos de créditos suplementares aos orçamentos fiscal e da seguridade social de 1999 para vários ministérios e órgãos do governo, bem como para pagamento da dívida externa, no valor global de R\$ 1,286 bilhão. O presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), informou ontem que a audiência pública com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, ainda está sendo acertada e não tem data marcada.

O adiamento da votação dos créditos suplementares, prevista inicialmente para ontem, permitiu que membros titulares da comissão, juntamente com os líderes partidários e os relatores do Plano Plurianual (PPA) e do Orçamento de 2000 — deputados Renato Viana (PMDB-SC) e Carlos Melles (PFL-MG) —, dessem continuidade às negociações

sobre a escolha dos dez sub-relatores do PPA e de outros dez do Orçamento.

O crédito suplementar mais alto, no valor de R\$ 1,019 bilhão, já tem parecer favorável do relator, deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), e será utilizado no pagamento de despesas com juros da dívida contratual externa, que inclui dívidas da União, dos estados, municípios e da Siderbrás, bem como dívidas da extinta Nuclebrás e subsidiárias junto a bancos, assumidas pela União. O crédito suplementar também servirá para pagar dívidas externas no âmbito do Clube de Paris, de acordo com o relator.

No valor de R\$ 191,004 milhões, o projeto com pedido de crédito suplementar para os ministérios dos Transportes, Meio Ambiente, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia também tem parecer favorável do relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), na forma de um substitutivo. O senador quer que o projeto seja desmembrado para sepa-



Mauro Miranda



Romero Jucá

rar o pedido de crédito suplementar para o Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 3,200 milhões.

Outro projeto, também para o Ministério dos Transportes, tem pedido de crédito suplementar de R\$ 76 milhões, com parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR), nos termos de um substitutivo. A pedido do DNER, a comissão também examinará projeto de crédito suplementar no valor de R\$ 600 mil, destinado à BR-080/GO — Uruaçu-Padre Bernardo —, que tem parecer favorável do relator, deputado Jovair Arantes (PSDB-GO).

País deve se unir para Rodada do Milênio, diz Porto

Alertando que o futuro do Brasil está em jogo, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) conclamou ontem os poderes Legislativo e Executivo, os empresários, os sindicatos e toda a sociedade brasileira a promoverem ampla discussão sobre as regras do comércio internacional para que o país participe com unidade de pensamento da Rodada do Milênio, da Organização Mundial do Comércio, que se realizará neste mês de novembro, nos Estados Unidos.

Arlindo Porto disse que o Brasil se encontra hoje em posição altamente desfavorável porque assinou o Acordo da Organização Mundial do Comércio, em 1994, sem antes haver debatido a questão com todos os segmentos da sociedade.

"As restrições ao mercado foram impostas ao Brasil e por isso a atividade produtiva brasileira está sofrendo um processo de dilapidação", afirmou.

— Precisamos discutir os subsídios que são colocados pelos mercados norte-americano, europeu e até japonês, enquanto nós, países em desenvolvimento, não podemos oferecer subsídios, por falta de condição econômica e financeira e em função das regras impostas pela OMC — enfatizou.

Segundo Arlindo Porto, o Brasil enfrenta, no mercado internacional, barreiras comerciais, como sobretaxas, além de barreiras fitossanitárias, que exigem dos brasileiros uma qualidade superior àquela de outros países exportadores. O suco de laranja brasileiro recebe nos Estados Unidos uma sobretaxa de US\$ 453 por tonelada, enquanto o fumo é taxado em 358%. Já o frango, para entrar na Europa, recebe sobretaxa de 78%, segundo o senador.



Arlindo Porto criticou as sobretaxas para produtos brasileiros

Rocha destaca acordo entre União e governo do Rio

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) classificou de "maduras e responsáveis" as negociações que permitiram a rolagem da dívida do estado do Rio de Janeiro, levadas à frente pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo governador Anthony Garotinho.

— O interesse público foi colocado em primeiro lugar — afirmou o parlamentar.

Rocha lembrou que o Rio de Janeiro era o único estado que ainda não tinha concluído a renegociação de sua dívida com o governo federal, o que, a partir de agora, coloca o estado em situação de igualdade perante as outras unidades da Federação.

Quatro senadores visitam a Feira do Livro de Porto Alegre

O estande do Senado na 45ª Feira do Livro de Porto Alegre recebe, a partir de hoje, a visita dos senadores José Fogaça (PMDB-RS), Emilia Fernandes (PDT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Carlos Patrocínio (PFL-TO), de acordo com uma programação que se estenderá até o penúltimo dia do evento.

Instalada na Praça da Alfândega, no centro da cidade, a feira tem registrado grande presença de público, apesar do tempo instável registrado na capital gaúcha nesta semana. O estande já foi visitado pelo governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, e pelo prefeito de Porto Alegre, Raul Pont.

Hoje, às 19h, Fogaça participa do

Alimentação saudável é tema de programa

O programa *Consulta Marcada*, da TV Senado, aborda hoje às 21h30 a questão da obesidade, o mal que a comida em excesso pode causar ao organismo e a importância de uma alimentação saudável. Para falar sobre o assunto foi convidada a nutricionista Denise Coitinho, que está desenvolvendo no Ministério da Saúde o Plano Nacional para Promoção da Alimentação Adequada e do Peso Saudável. O programa será reprisado às 9h no sábado e no domingo.

Denise Coitinho, que também é professora de Nutrição Materno-Infantil na UnB, diz que mais de 35% da população adulta do Brasil está obesa. "A dieta dos brasileiros ainda é muito pobre em frutas e verduras", afirma. Segundo ela, o ministério trabalha para ressaltar a importância de uma alimentação adequada e incentivando a população a consumir alimentos melhores, sem ter que gastar mais com isso.

lançamento do livro com as biografias dos senadores gaúchos desde o Império. É do senador a apresentação a esta segunda edição. No domingo, às 18h, a senadora Emilia Fernandes autografa coletânea de seus discursos.

No dia 12, às 17h, no pavilhão de autógrafos da feira, o senador Pedro Simon autografará uma reunião de seus discursos intitulada *Em Defesa da Ética*. E no dia 14, às 19h, o senador Carlos Patrocínio, primeiro-secretário do Senado, estará presente ao lançamento da reedição da obra rara *Observações sobre a Fraqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil*, de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. A Feira do Livro de Porto Alegre termina no dia 15.

Lauro Campos critica política econômica

"A crise atual não é somente uma crise do comércio ou da indústria, mas é a crise do capital financeiro." A afirmação é do senador Lauro Campos (PT-DF), que critica os responsáveis pela condução da política econômica, em entrevista à TV Senado hoje, às 8h30 e 20h30. Para Lauro, "eles são incapazes de compreender as características da economia mundial moderna, as suas contradições e a forma de manifestação, na crise, dessas contradições", afirma.

Lauro diz também que a atual taxa de juros é o sintoma de uma "loucura" econômica, incapaz de ser explicada a não ser que uma crise estivesse em andamento. Ele afirmou que a âncora do real foi durante um tempo a taxa de câmbio artificial e disse que a população brasileira é que tem sido, de fato, a âncora do real, sem reajustes salariais e com desemprego.

Senado já apreciou quinze matérias em novembro

Na primeira semana de trabalho, principal destaque em plenário é início da discussão de PEC que proíbe a reedição das medidas provisórias

Quinze matérias foram apreciadas na primeira semana de novembro pelo plenário do Senado. Também foi iniciada a discussão, em primeiro turno, do substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a reedição de medidas provisórias (MPs) e disciplina o processo de sua apreciação pelo Congresso Nacional.

O plenário concedeu autorização para duas operações de crédito externo, e para garantias em financiamentos de projetos de estruturação de colonos nos programas de assentamento, colonização e reforma agrária.

Os senadores aprovaram, ainda, as renovações das concessões de nove emissoras de rádio e televisão e projeto criando o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde na Amazônia Legal, que concederá bolsas a estudantes pela prestação de serviços a comunidades daquela região.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deu parecer favorável a projeto visando facilitar o acesso de deficientes físicos, sensoriais e mentais em edifícios, veículos, bens e serviços coletivos. Já a CPI do Judiciário reuniu-se para a apresentação de relatório sobre a condenação sofrida pela Basa. A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza realizou reunião administrativa para discutir o relatório preliminar.

Matérias apreciadas pelo Senado de 3 a 4 de novembro de 1999

Projetos aprovados e enviados à promulgação	12
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	13
Propostas enviadas ao Arquivo	2
Total de matérias apreciadas	15

Maguito credita evolução de Goiás aos governos do PMDB

Ao comentar pesquisa da empresa Simonsen Associados, na qual Goiás desponta como o oitavo estado mais rico e o nono mais competitivo, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) creditou esse avanço à presença do PMDB no comando do governo goiano. "De fato, nos últimos 16 anos Goiás experimentou um avanço econômico e social nunca vistos em sua história", observou.

Segundo o senador, os resultados obtidos devem-se a um trabalho estratégico planejado e executado a partir de 1983 com a eleição do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que teve desdobramentos com a eleição do ex-senador Onofre Quinan (PMDB-GO) e, posteriormente, com o seu governo, entre 1995 e 1998:

— Foi um trabalho que obedeceu a uma lógica simples. Estado pobre, atolado até então no distante interior do Brasil, Goiás precisava inicialmente

de infra-estrutura. E foi isso que o PMDB fez. Asfalto, hidrovias, energia elétrica, água tratada, educação de qualidade em todas as regiões, saúde, esgoto sanitário, segurança, pesados investimentos em qualificação de mão-de-obra e em ciência e tecnologia transformaram o perfil do estado, colocando-o como um potencial captador de investimentos — relatou o parlamentar.

De acordo com Maguito, a Simonsen Associados afirmou que Goiás tem apresentado bons resultados sucessivamente, deixando para trás um perfil de ser apenas agropecuário para assumir a condição de um dos líderes nacionais da agroindustrialização. E mais: se o estado continuar a manter os mesmos níveis de crescimento apresentados nos últimos quatro anos, poderá ocupar a sexta ou sétima posição no *ranking* dos estados mais ricos e competitivos da Federação.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h55 — Seminário — 2º Seminário sobre Questões dos Medicamentos
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Lauro Campos fala sobre juro e desenvolvimento social
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
13h — *Cores do Brasil* — Pará
13h30 — *Debate* — O senador Luiz Estevão e a cineasta Mairisa Leão falam sobre o cinema brasileiro
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Entrevista* — O senador Pedro Simon fala sobre instabilidade política
19h — *Fortes do Brasil* — Forte de Copacabana
19h30 — *Debate* — O senador Alberto Silva e Raimundo Garrido, secretário de Recursos Hídricos, falam sobre a Agência Nacional de Águas
20h30 — *Entrevista* — O senador Lauro Campos fala sobre juro e desenvolvimento social
21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*

21h30 — *Consulta Marcada* — A nutricionista Denise Coitinho fala sobre alimentação saudável
22h30 — *Síntese* — Energia (1ª parte)
23h30 — Filme

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação



CORAL DO SENADO HOMENAGEIA 500 ANOS DO DESCOBRIMENTO

O Coral do Senado promoveu na quarta-feira o seu tradicional concerto de fim de ano, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional, numa homenagem aos 500 anos do descobrimento do Brasil. Sob a regência de Glicínia Mendes, o concerto foi aberto com a música *Os Argonautas*, de Caetano Veloso, inspirada em Fernando Pessoa, ao traduzir o lema dos navegantes, *Navegar é preciso/Viver não é preciso*.

Na primeira parte do concerto, o coral procurou homenagear as diversas regiões brasileiras, interpretando peças como o *Carimbó*, do Pará; a *Suíte dos Pescadores*,

do baiano Dorival Caymmi; *Tristeza do Jeca*, de Angelino de Oliveira; *Vozes Nordestinas*, de vários compositores, entre eles Luiz Gonzaga; e *Prenda Minha/Chimarrita*, do folclore gaúcho. Na segunda parte do concerto, o Coral do Senado apresentou peças de Mozart, Handel e Astor Piazzola. O concerto teve a participação especial do quarteto Ragazzi e do acordeonista Nivaldo.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, fundador do coral, homenageou a maestrina Glicínia Mendes com um buquê de flores no encerramento da apresentação.

Tuma propõe aplicação de penas para menor de 18 anos

Senador apresentou ontem proposta de emenda à Constituição que permite a condenação à prisão de jovens com mais de 16 anos

Consciente de que o tema é difícil e polêmico, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) para tornar imputáveis menores entre 16 e 18 anos.

As penas, nesses casos, seriam reduzidas para um a dois terços das penas imputadas a maiores de 18 anos e os condenados ficariam sujeitos a regime prisional especial.

A proposta procura responder à inusitada e crescente incidência de crimes praticados por menores de idade, disse. Na justificativa do projeto, Tuma argumenta que os menores, "apesar de seu desenvolvimento mental incompleto, fruto de sua imaturidade, não são inteiramente incapazes de entender a reprobabilidade e culpabilidade dos atos que cometem e, com isso, determinar-se de acordo com esse entendimento".

Em apoio à PEC, o senador também lembrou que países como Estados Unidos e Inglaterra, de tradição democrática e de respeito aos direitos humanos, "apenas menores de 18 anos com sanções que consideramos bastante duras".

Na opinião do senador, há evidente aumento da violência no país, o que seria indicativo de que o controle de armas não funciona a contento e de que é preciso restabelecer a autoridade do poder público.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) sugeriu que apenas um pacto de combate à criminali-



dade reduzirá os índices de violência registrados no país.

Já para o senador Tião Viana (PT-AC), o que mais preocupa são as dificuldades para aplicar a lei. "Se há um poder que

precisa, com urgência, passar por uma profunda reflexão, este é o Poder Judiciário", disse.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) referiu-se a declarações do ministro da Justiça, José Carlos Dias, segundo o qual o crime organizado já estaria representando uma ameaça à democracia. Nesse sentido, disse, os resultados dos trabalhos da CPI do Narcotráfico, na Câmara dos Deputados, são motivo de orgulho para todo o Congresso. "A CPI começou sem grandes expectativas e hoje dá demonstração de rara competência", afirmou.



Tuma argumenta que EUA e Inglaterra aplicam sanções bastante duras para menores

ACM garante que Senado discutirá medidas para controle da violência

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que "a violência está assumindo proporções inacreditáveis no Brasil", e garantiu que o Senado vai se dedicar à discussão de novas medidas capazes de contê-la.

— É verdade que os níveis de violência estão crescendo, e acho que o Senado Federal tem que entrar nesse assunto imediatamente — afirmou o senador, ao ser abordado pela imprensa a respeito do caso do estudante de Medicina que disparou contra várias pessoas num cinema em São Paulo.

Para Antonio Carlos, a violência "é muito fruto da pobreza, mas também da deficiência até de tratamento psiquiátrico", pois, segundo ele, "o caso do estudante é, evidentemente, um assunto de psiquiatria".

O senador disse que concordaria com a adoção de legislação mais rigorosa



Antonio Carlos disse concordar com legislação mais rigorosa para porte de armas

para o porte de armas, e manifestou-se contra o abrandamento das penas.

— Discordo do ministro da Justiça que quis abrandar as penas. Acho que não devemos permitir certas liberdades condicionais que estimulam o crime — concluiu.



Cabral: presidente da OAB está sendo ameaçado de morte

Cabral denuncia coação à OAB no Espírito Santo

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) denunciou as intimidações que estão sendo feitas ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo, Agesandro da Costa Pereira, que tem se posicionado contra o crime organizado. De acordo com o senador, o presidente da OAB está sendo ameaçado de morte e a entidade já sofreu ameaças de bomba em sua sede.

Em pronunciamento feito ontem, Cabral lembrou que, nos tempos da ditadura militar, se colocavam bombas na OAB para calar sua voz na luta pela volta ao estado de direito. "E agora? De quem é a responsabilidade dessas tentativas de intimidação? Bastou que a OAB denunciasse a violência e as quadrilhas de jogos e de narcotráfico para que surgissem ameaças de morte e de bombas", afirmou.

Segundo Cabral, se não houver medidas para colocar um freio nessa associação de violência com a impunidade, vai se acabar intimidando o próprio poder. "O Legislativo não pode se calar, pois irá se arrepender no futuro. Também tenho certeza de que a OAB não deixará de empunhar sua bandeira de luta", garantiu.

O senador pelo Amazonas citou a "Declaração de Belém", emitida no mês passado, em que o colégio dos presidentes dos 27 conselhos da OAB denuncia "as agressões à Constituição e aos direitos humanos, diante da escalada da violência e da histórica impunidade que grassa em todo o país, em desrespeito à cidadania brasileira".

Cabral afirmou que o recente assassinato da prefeita de Mundo Novo (MS), Dorcelina Folador, ocorrido na semana passada, pode e deve representar uma tomada firme de posição das autoridades envolvidas. "É preciso tomar providências enérgicas e imediatas que levem ao esclarecimento do episódio, apuração dos culpados e sua entrega às autoridades judiciais."

Em apartes, os senadores Amir Lando (PMDB-RO), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Paulo Hartung (PPS-ES) concordaram com Cabral.

Rocha questiona semana de prevenção a câncer de próstata

Ao fazer um balanço sobre a audiência pública realizada na semana passada, na Comissão de Educação, com o objetivo de fornecer subsídios para a discussão do projeto que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, do qual é relator, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) revelou que poderá fazer modificações na proposta da deputada Telma de Souza (PT-SP). Ele justificou a necessidade de mudanças na proposição da deputada pela controvérsia existente entre os especialistas no assunto.

— De certa forma, ficamos decepcionados, pois a polêmica e a controvérsia confirmaram o que a literatura mostra acerca da experiência dos especialistas e de acadêmicos: que, aparentemente, a prevenção não contribui muito para a redução da mortalidade e para que se melhore a sobrevida do portador do câncer de próstata — explicou.

Sebastião Rocha ressaltou, no entanto, a importância da iniciativa que, segundo ele, tem como um dos objetivos básicos permitir que os homens vençam o tabu, derrotem o preconceito e encarem a questão do câncer de próstata, submetendo-se aos exames necessários.

Referindo-se à audiência pública que reuniu diversos especialistas, Sebastião Rocha classificou o resultado como positivo. Ele acrescentou que o caminho correto a seguir é uma campanha ostensiva

de divulgação na imprensa para que a população se conscientize.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) informou que, devido à polêmica sobre os benefícios de uma campanha de prevenção ao câncer de próstata, solicitou ao Ministério da Saúde posição oficial sobre o que os homens brasileiros devem fazer: se devem ou não rastrear a doença de maneira preventiva. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou a importância da discussão e lembrou que o tumor na próstata é uma das doenças mais graves para os homens, principalmente entre os 50 e 60 anos.



Rocha diz que vai fazer modificações na proposta de deputada

Suplicy reapresenta projeto sobre cooperativas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reapresentou ontem projeto de lei dispoendo sobre as regras gerais do Sistema Cooperativista Nacional. O autor salientou que sua proposta, integrada por 87 artigos, foi elaborada após uma ampla consulta aos setores interessados e destacou o avanço que representa o afastamento da tutela do Estado, determinado pela Constituição de 1988, sobre a criação e funcionamento das cooperativas.

O objetivo da proposta, disse Suplicy, é regulamentar os dispositivos constitucionais sobre o cooperativismo. Ele ressaltou o caráter voluntário da adesão à cooperativa e esclareceu que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou permanecer associado. Segundo o senador, o movimento cooperativista brasileiro data do começo deste século e tem tendência ao crescimento na área urbana e no setor de crédito.

Apresentado originalmente em 1995, o projeto foi arquivado por força do Regimento, uma vez que acabou o ano legislativo sem que tivesse recebido parecer do relator, o então senador José Ignácio Ferreira. Suplicy esclareceu que essa nova versão da proposta é o resultado de vários seminários realizados com o setor cooperativista e das contribuições do professor Vergílio Perius e da assessoria do PT no Senado.

— Não pretendo propor nenhuma medida que tenha o cunho de censura. Mas quero fazer um apelo para que façamos uma reflexão sobre esses fatos e busquemos uma maneira de evitar que a violência continue a se banalizar entre nós — afirmou.



Eduardo Suplicy está preocupado com a banalização da violência

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) aplaudiu a iniciativa. Ele lembrou que essas organizações têm dado os melhores resultados em terras onde já foi feita a reforma agrária.

VIOLÊNCIA

No mesmo pronunciamento, Eduardo Suplicy propôs que os senadores fizessem uma reflexão sobre o aumento da violência na sociedade brasileira e a influência

dos meios de comunicação nesse processo. Ele se referiu ao episódio ocorrido na noite da véspera, quando um estudante do 6º ano de Medicina, utilizando uma metralhadora, fez vários disparos, matando duas pessoas e ferindo cinco, em um cinema do Morumbi Shopping, em São Paulo.

O senador lembrou que há cerca de dois meses assistiu a um filme americano na TV, no qual o personagem principal age exatamente como no episódio de quarta-feira. Conforme Suplicy, mal o filme acabou, ele recebeu um telefonema de um homem que lhe pedia para tomar providências, de modo a impedir que filmes como aquele fossem exibidos.



Simon acredita que Estevão evitaria constrangimentos se pedisse para ser afastado

Pedro Simon aconselha Luiz Estevão a deixar sub-relatoria

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) aconselhou o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), em discurso realizado ontem, a renunciar ao cargo de sub-relator do Plano Plurianual (PPA). "Não estou fazendo análise sobre os fatos que estão sendo investigados na CPI do Judiciário, mas, para evitar constrangimentos, ele deveria, espontaneamente, pedir para ser afastado", ressaltou. Simon fez as declarações depois que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou dele "discursos demolidores" a respeito do escândalo dos bingos, envolvendo o ministro do Esporte e do Turismo, Rafael Greca, e das irregularidades denunciadas no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), envolvendo o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. A propósito dos bingos, Simon afirmou que a bancada do Paraná tem feito denúncias tão volumosas e precisas contra o Ministério do Esporte e do Turismo que não vê motivos para fazer concorrência falando, também, sobre o tema. "Com a iniciativa do senador Osmar Dias (PSDB-PR) de colher assinaturas para a instalação de uma CPI, breve vamos conhecer toda a verdade", afirmou. Em relação a Padilha, Simon disse estar o ministro "à inteira disposição" do Congresso para vir explicar os fatos. "Vamos ouvi-lo, interpretar suas palavras. Sei que o Ministério dos Transportes foi o primeiro a tomar a iniciativa de divulgar publicamente, pela Internet, as concorrências, as propostas dos candidatos e seu resultado. De qualquer maneira, acho muito importante que ele venha depor para esclarecer tudo", finalizou.

Requião elogia denúncia feita pelo Ministério Público

Informações enviadas à Justiça por dois procuradores levam senador a crer que resultados da CPI dos Precatórios começarão a aparecer

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) elogiou ontem o Ministério Público por suas denúncias contra diretores dos bancos Bradesco e Votorantim, executivos da Distribuidora Paper e o ex-diretor da dívida ativa da prefeitura de São Paulo, Wagner Baptista Ramos, por crimes de gestão fraudulenta, formação de quadrilha e desvio de dinheiro público.



Roberto Requião disse que MP mostrou seriedade

— A CPI dos Precatórios terminou há quase dois anos. A Justiça é lenta, mas os resultados começam a

surgir. O MP mostrou seriedade ao pedir o indiciamento, também, da diretoria do Bradesco. A CPI mostrou que a "corrente da felicidade" acontecia com acordo feito, por antecipação, com o Bradesco — lembrou Requião, referindo-se à colocação fraudulenta de precatórios no mercado.

O senador leu notícia publicada no jornal *O Globo* com as denúncias apresentadas pelos procuradores Artur Gueiros e Raquel

Branquinha, entregues à 1ª Vara Criminal da Justiça Federal. Caberá ao juiz Júlio Emílio Abranches Mansur decidir se acolhe os argumentos apresentados pelo Ministério Público. Ao todo foram denunciadas oito pessoas.

Requião agradeceu ao senador Pedro Simon (PMDB-RS) a ajuda que deu à CPI dos Precatórios, com seus discursos veementes sobre os crimes que foram descobertos na emissão fraudulenta de precatórios. "Ele nos está devendo discursos demolidores sobre os bingos e as denúncias de irregularidades no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)", concluiu.



Heloísa Helena pediu aos jovens que se dediquem às grandes causas nacionais

Heloísa Helena lembra 30 anos da morte de Marighela

Os 30 anos da morte do líder revolucionário Carlos Marighela, assassinado na Alameda Casabranca, em São Paulo, em 4 de novembro de 1969, foram lembrados ontem pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), em discurso no plenário. Ela informou que, no mesmo momento, estava sendo realizada uma homenagem a Marighela no local de sua morte, onde a viúva, Clara Charf, familiares e militantes depositaram flores em memória do líder morto.

A senadora fez um breve histórico da vida de Marighela, filho de imigrante italiano e mãe negra, nascido em 5 de dezembro de 1911, em Salvador, onde ingressou no curso de Engenharia e filiou-se ao Partido Comunista. Preso em 1933 pela polícia de Filinto Müller, foi anistiado em 1937 e, já em São Paulo, com a redemocratização de 1946, assumiu o mandato de deputado federal constituinte, lembrou a senadora. Poucos anos depois, em 1948, teve o mandato cassado pelo governo Eurico Dutra e lançou-se à clandestinidade em que se manteve até à morte. Em CPI que investigou as torturas praticadas no Estado Novo, salientou a senadora, um médico registrou a bravura com que Marighela resistiu às torturas a que foi submetido.

Heloísa Helena convidou a juventude brasileira ao abandono da violência sem causa e das drogas, para, como o revolucionário baiano, dedicar-se às grandes causas nacionais.

Em aparte, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou a importância de resgatar a memória de heróis que construíram uma história paralela à oficial, basicamente popular, como Carlos Marighela, Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro e João Cândido, da Revolta da Chibata, entre muitos outros. Para a senadora Marina Silva (PT-AC), que também aparteu, Marighela representa simbolicamente a resistência, persistência e grandeza de todos os que buscam concretizar a idéia de uma sociedade mais justa e democrática. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), por sua vez, ressaltou que as razões que justificaram a luta de Marighela ainda se mantêm.

Silêncio de Eliseu Padilha leva Álvaro Dias a cobrar providências

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) cobrou ontem providências da Mesa do Senado diante da falta de resposta do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, a requerimento de informações motivado por denúncias de irregularidades que teriam sido praticadas pela comissão de licitação da obra de pavimentação de 94 quilômetros da Estrada da Ribeira, que liga o Paraná ao estado de São Paulo. "Seria descaso do ministro, desrespeito, desconsideração ou irresponsabilidade?", questionou o senador.

— Com uma desfaçatez inominável, certeza de impunidade, essa comissão de licitação considerou vitoriosa a empresa colocada em oitavo lugar no processo licitatório. Sete outras empresas apresentaram preços inferiores para execução da mesma obra,

mas, surpreendentemente, repito, com absoluta convicção de que a impunidade prevalece sempre, a comissão de licitação resolveu declarar vitoriosa a empresa de nome ARG, de Minas Gerais, com superfaturamento da ordem de 30% — R\$ 14 milhões seriam retirados dos cofres públicos desonestamente — disse Álvaro.

Lembrando que no dia 30 de setembro a Mesa da Casa encaminhou o requerimento de informações ao ministro dos Transportes, o senador citou o parágrafo 2º do artigo 50 da Constituição, segundo o qual "importa em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendi-



Álvaro Dias questionou se ministro teria descaso com o Senado

mento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas" a pedidos escritos de informação encaminhados pelas Mesas do Senado ou da Câmara dos Deputados.

Já o Regimento Interno do Senado Federal, no artigo 216, parágrafo 1º, conforme ressaltou Álvaro Dias, determina que "ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de setenta e duas horas, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto na Constituição, art. 50, parágrafo 2º".

ACM diz que Rafael Greca se dispõe a explicar a questão dos bingos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que recebeu uma carta do ministro do Esporte e do Turismo, Rafael Greca, colocando-se à disposição para comparecer ao Senado e prestar esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidade na autorização para funcionamento de bingos eletrônicos. Segundo o senador, o ministro solicitou, apenas, que a data seja marcada para depois do dia 10, quando está previsto o fim das investigações sobre os bin-

gos, que estão sendo realizadas no âmbito do ministério.

Antonio Carlos prestou a informação depois que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou à Mesa sobre a possibilidade de o requerimento de sua autoria com a convocação de Greca entrar na Ordem do Dia. Antonio Carlos disse que, a seu ver, a votação do requerimento tornara-se desnecessária em razão da carta do ministro, com o que concordou Suplicy. O presidente do Senado respondeu

também a solicitação de Suplicy quanto ao envio à Casa de cópia do novo acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, conforme reclamou o senador paulista, ainda não ocorreu. Antonio Carlos disse que a Mesa está verificando, junto à consultoria técnica do Senado, se o pedido de Suplicy é procedente. Em caso positivo, Antonio Carlos disse que se dirigirá ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, "em 48 horas".